



Câmara Municipal de Ouro Branco

PARECER JURÍDICO

TRAMITAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO N.º 01/26

RELATÓRIO

Foi protocolado no dia 12 de março de 2026, na Câmara Municipal de Ouro Branco, o Projeto de Decreto Legislativo n.º 01/2026, de autoria da vereadora Nilma Aparecida Silva com a ementa: *"CONCEDE A MEDALHA "DONA JANDIRA" À APARECIDA MIRIAM BARBARA DE FARIA "*

O Projeto de Decreto veio acompanhado de justificativa/mensagem.

O presente parecer do setor jurídico da Câmara Municipal de Ouro Branco é uma prática auxiliar para a eficiência e legalidade do processo legislativo sendo feita a análise apenas de aspectos específicos do projeto de decreto, como a legística (técnica legislativa) e a regimentalidade (conformidade com o regimento interno), sem adentrar no mérito da constitucionalidade e legalidade, o que é atribuição da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

O papel do setor jurídico, nesse contexto, não é substituir o trabalho da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, mas sim complementá-lo, fornecendo uma análise preliminar que irá auxiliar os vereadores na tomada de decisões mais informadas sobre a forma de tramitação dos projetos de decreto.

FUNDAMENTAÇÃO

A presente análise recai sob o Projeto de Decreto Legislativo n.º 01/2026, de autoria da vereadora Nilma Aparecida Silva com a ementa: *"CONCEDE A MEDALHA "DONA JANDIRA" À APARECIDA MIRIAM BARBARA DE FARIA".*

Em análise preliminar de legística, verifica-se que o projeto de decreto submetido à apreciação deste setor jurídico segue as normas de clareza, precisão, ordem regimental e formalidade, características essenciais para a sua adequada tramitação.

Praça Sagrados Corações, 200 – Ouro Branco – Minas Gerais – CEP 36420-000 – Fone (31)3741-1225
www.ourobranco.cam.mg.gov.br



Câmara Municipal de Ouro Branco

A estruturação dos artigos, parágrafos, incisos e alíneas atende na maioria aos critérios da Lei Complementar 95/1998, que *"Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona"*, deixando o texto do projeto devidamente estruturado em sua técnica.

No que tange à regimentalidade, deve ser assegurado que o decreto tramite conforme o regimento interno da Câmara Municipal de Ouro Branco, assegurando maior transparência e previsibilidade ao processo legislativo, contribuindo para a sua legitimidade e aceitação pública da construção normativa.

O art. 70 do Regimento Interno vigente estabelece que *"As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional, na ortografia oficial e assinada pelo seu autor ou autores."*

Por sua vez, o art. 82 do RICMOB é claro ao dispor que *"Recebido, será numerado, publicado, enviado a procuradoria jurídica e incluído na pauta para ser apresentado em Plenário, sendo posteriormente distribuído às Comissões, pelo setor de apoio, para, nos termos regimentais, ser objeto de parecer ou de deliberação."*

O projeto de decreto cumpriu, até o momento procedimental, os normativos regimentais.

In casu, verifica-se que o Projeto de Decreto Legislativo n.º 01/2026 tem por objetivo a concessão da medalha "Dona Jandira" a artista, grupo artístico, personalidades ligadas à arte em geral, bem como a promotores e gestores culturais, com a finalidade de reconhecer e valorizar aqueles que se destacam na promoção e difusão da cultura no Município.

Dona Jandira, nascida em Maceió/AL, filha de músicos, formou-se em
Praça Sagrados Corações, 200 – Ouro Branco – Minas Gerais – CEP 36420-000 – Fone (31)3741-1225
www.ourobranco.cam.mg.gov.br



Câmara Municipal de Ouro Branco

Pedagogia e exerceu a docência por muitos anos, vindo posteriormente a residir no distrito de Itatiaia, em Ouro Branco, onde desenvolveu relevante trabalho artístico e cultural. Reconhecida como uma das vozes do samba mineiro, contribuiu significativamente para o fortalecimento da cultura local, sendo responsável pela criação de importantes iniciativas culturais voltadas à formação e valorização de artistas.

Nesse contexto, a instituição da medalha que leva seu nome tem por objetivo homenagear pessoas que, a exemplo de Dona Jandira, dedicam-se à promoção da arte e da cultura, fomentando o acesso cultural e incentivando novos talentos.

Ressalta-se que, para ser contemplado, o cidadão deve possuir alguns requisitos elencados na resolução 10/2024:

Art. 2º. A indicação deverá ser acompanhada do "curriculum vitae" do(a) indicado(a), assim como dos elementos que justifiquem a concessão.

Parágrafo único: As condições essenciais para ser agraciado(a) com a Medalha "Dona Jandira" são:

I - possuir idoneidade moral, conduta pessoal ilibada e elevado conceito na classe e na comunidade artística a que pertencer;

II - Ser reconhecido pelos seus pares e sociedade pelo papel de excelência e relevância artística na sua trajetória e/ou atuação na área cultural.

No caso em análise, a indicação de Aparecida Miriam Bárbara de Faria mostra-se plenamente compatível com os requisitos legais. A homenageada possui sólida formação acadêmica, incluindo licenciatura em Matemática, mestrado em Educação e formação técnica em Magistério, o que evidencia seu compromisso com a educação e o desenvolvimento humano.

Além disso, destaca-se sua expressiva trajetória na área cultural, especialmente na dança, tendo participado de diversas formações ao longo dos anos e



Câmara Municipal de Ouro Branco

atuado ativamente na promoção artística no Município de Ouro Branco. É fundadora e coordenadora do Grupo Espírita de Dança TransformArte, bem como uma das idealizadoras e dirigente da Associação de Dança, Música e Teatro de Ouro Branco, entidades responsáveis pela realização de projetos culturais relevantes e de amplo alcance social.

Cumprе destacar, ainda, sua atuação na elaboração, aprovação e execução de diversos projetos culturais financiados por políticas públicas, inclusive no âmbito municipal, estadual e federal, promovendo oficinas, espetáculos e ações voltadas à inclusão social, à formação artística e ao acesso à cultura por públicos diversos, inclusive em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, sua trajetória evidencia não apenas dedicação à arte, mas também relevante contribuição social, educacional e cultural para o Município de Ouro Branco e região, o que reforça o mérito da homenagem pretendida.

Nessa senda, pelas considerações já alavancadas alhures, recomenda-se o início da tramitação do presente projeto de decreto legislativo pela sua comunicação na próxima reunião ordinária ou extraordinária, quando se sugere a distribuição deste projeto para a **Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Turismo**.

Verifica-se que o decreto legislativo não tramita sob o regime de urgência, tendo cada comissão o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de seus respectivos pareceres. Destaca-se desde já que tal prazo é prorrogável uma única vez por igual período, desde que devidamente fundamentado e aprovado pela comissão (art. 29, III do Regimento Interno).

Pela matéria contida no projeto, conforme a Lei Orgânica de Ouro Branco e Regimento Interno da Câmara Municipal, o projeto deverá ser apreciado em turno único de votação aberta, com quorum de maioria simples.



Câmara Municipal de Ouro Branco

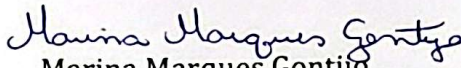
A presente análise jurídica prévia visa otimizar o processo legislativo, garantindo que os projetos de decreto estejam segundo as normas regimentais e com as boas práticas de elaboração legislativa antes mesmo de sua tramitação. Isso previne possíveis entraves futuros, decorrentes de vícios formais ou de tramitação inadequada, que poderiam comprometer a eficácia e a validade das normas aprovadas.

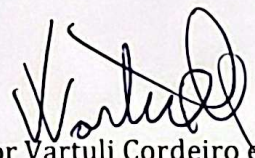
A análise de constitucionalidade e legalidade é prerrogativa da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, o parecer prévio do setor jurídico não invade tal competência, mas sim oferece um suporte técnico essencial para que os vereadores possam cumprir suas funções legislativas de forma mais eficaz e informada.

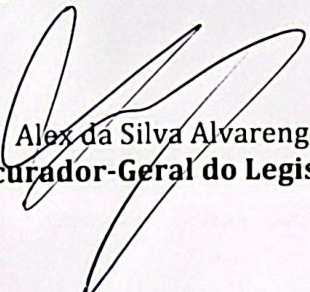
CONCLUSÃO

Em face do exposto, nos aspectos que compete a este setor jurídico, opina-se pela possibilidade do início da tramitação do Projeto de Decreto Legislativo n.º 01/2026, de autoria da vereadora Nilma Aparecida Silva com a ementa: *"CONCEDE A MEDALHA "DONA JANDIRA" À APARECIDA MIRIAM BARBARA DE FARIA"*.

Ouro Branco, 17 de março de 2026.


Marina Marques Gontijo
Subprocuradora do Legislativo


Victor Vartuli Cordeiro e Silva
Procurador Legislativo


Alex da Silva Alvarenga
Procurador-Geral do Legislativo